

## NAS ENTRELINHAS DA MEMÓRIA E DOS LUGARES:

### O processo de preservação do patrimônio cultural material na cidade de La Plata (Argentina, 1982-2008)

LAURA DE LEÃO DORNELLES \*

#### 1) Introdução

Neste início do século XXI se percebem avanços em debates da área histórica com relação à questão do patrimônio cultural e de sua inserção em nosso meio acadêmico. No que tange o patrimônio cultural material<sup>1</sup>, vale destacar que sua importância vai além do concreto e do estilo arquitetônico ao qual pertence. Os bens patrimoniais são espaços de memória, que carregam em si uma forte carga cultural simbólica ao representar, materialmente no presente, o passado que se foi. Esse status enquanto *lugar de memória* remete diretamente ao campo de estudo do historiador, visto que a memória é objeto *sine qua non* do fazer histórico. Assim sendo, a presente investigação em andamento se insere nessa preocupação da academia histórica em estudar a preservação patrimonial e sua direta relação com a memória coletiva. A intenção é a de analisar o processo de preservação do patrimônio cultural material da cidade argentina de La Plata – ações de valoração, proteção, conservação e, eventualmente, restauração –, desde 1982, com a promulgação da primeira legislação municipal relativa à preservação patrimonial, até o ano de 2008, no qual se percebe uma baixa na preocupação da governança municipal em manter os níveis anteriores de preservação dos espaços considerados patrimônios da urbe.

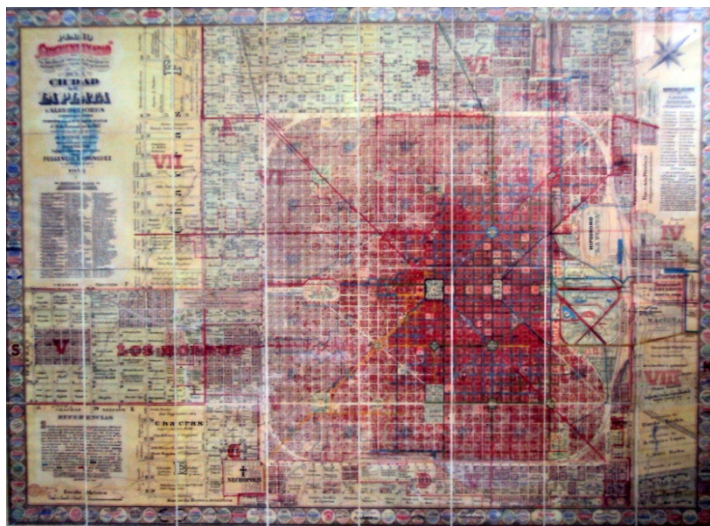
#### 2) O caso de La Plata

---

\* Universidad Nacional de La Plata. Doutoranda em História. CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas/Argentina).

<sup>1</sup> Na presente investigação, o conceito de patrimônio cultural material faz referência ao patrimônio histórico, urbano e arquitetônico, como edificações, monumentos e zonas de convivência, tais como ruas, parques e praças.

A discussão mundial acerca da preservação dos patrimônios histórico culturais é uma constante desde a Conferência Internacional de Atenas, ocorrida em outubro de 1931.<sup>2</sup> Nesse momento foi redigida a primeira carta sobre a preservação dos bens histórico culturais a nível internacional. Desde a Carta de Veneza, em 1964, o conceito de patrimônio se ampliou mediante a inclusão de obras mais modestas e populares. A Declaração de Amsterdã, em 1975, foi de suma importância para o tema, pois recomendava a participação popular nos processos de preservação, além de implementar medidas integradas para a manutenção de tais bens, delegando aos municípios a tarefa de programar meios de conservação e encontrar formas de financiá-los.



*Traçado urbano fundacional de La Plata*<sup>3</sup>

Os encontros internacionais causaram reflexos na América Latina, sendo que cada local demonstrou formas particulares de lidar com a temática preservacionista. Na Argentina, a capital da Província de Buenos Aires, La Plata, presenciou o surgimento das primeiras medidas legislativas, relativas à preservação de seus bens patrimoniais edificados, em meio aos festejos de seus cem anos de inauguração. A urbe foi fundada em 19 de novembro de 1882, pelo então governador Dardo Rocha, sendo especialmente criada para se tornar a capital

<sup>2</sup> A documentação referente aos encontros internacionais relacionados à questão patrimonial pode ser encontrada em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&retorno=paginaLegislacao>

<sup>3</sup> Arquivo do Instituto de Investigaciones acerca de la Historia Teoría y Praxis de la Arquitectura y de la Ciudad (HiTePAC). Facultad de Arquitectura y Urbanismo. Universidad Nacional de La Plata.

da província de Buenos Aires. Totalmente planejada, ela foi projetada como um quadrado perfeito, transpassado por avenidas em diagonal, que lhe conferem popularmente o título de “Cidade das Diagonais”. Os planos da nova urbe foram realizados por Pedro Benoit, o qual a desenhou com base em características higienistas modernas. Ela deveria ter ruas amplas e arborizadas, muitas praças e um traçado funcional, com diagonais que otimizassem o descolamento de um ponto a outro.

O começo da preocupação sobre a preservação patrimonial em La Plata surge quando se incendeia a sede do chamado Teatro Argentino, em 1978. Um ano após o fato, no momento em que as autoridades municipais decidem por destruir o que restou do prédio, é chamado um concurso público para o planejamento de uma construção nova. Após o incidente, a década de 1980 começa com um clima favorável à consideração da dimensão de preservação patrimonial. A Ordenança Municipal nº. 5338, de 1982, foi a primeira norma oficial a dispor sobre a temática preservacionista, se remetendo às construções anteriores ao ano de 1930, ao impedir demolições, ampliações e mudanças de utilização parciais ou totais, que alterassem as principais características destes bens imóveis, sem a conformidade da Comissão do Patrimônio Arquitetônico, Monumental e Urbanístico de La Plata (CPAMU). Igualmente criada em 1982 e com a função de gerenciar todas as questões relativas à preservação patrimonial da cidade, a CPPAMU foi substituída pelo estabelecimento das direções de Arquitetura e Infra Estrutura Urbana e pela de Obras Particulares e Planejamento, em 1985. Os impedimentos de modificações edilícias se estenderam para propriedades municipais, áreas verdes, praças e boulevares no ano de 1983.

Em fins da década de 1990, a Fundação Centro de Estudos e Projetos do Ambiente (CEPA) propôs a candidatura do traçado urbanístico particular de La Plata para o posto de Patrimônio Cultural da Humanidade frente à UNESCO. A proposta não obteve êxito, porém, sua redação “[...] contribuiu para instalar um clima de debate acerca das relações possíveis entre a preservação do patrimônio construído, desenvolvimento urbano e qualidade de vida” (LIENUR;ALIATA, 2004:56). A posição negativa da UNESCO é compreensível, visto que o município passou por várias modificações de arquitetura e paisagem, ao longo do século XX, além de ser notado o descaso das autoridades públicas em relação à preservação patrimonial. Somente a partir da candidatura internacional platense que surgiu, em 2001, o seu primeiro

Código de Ordenamento Urbano (COU) e, em 2004, a Direção de Preservação do Patrimônio Urbanístico de La Plata (DPPU). Ainda, como estabelecido pelo COU, foi criada a Comissão do Sítio (CODESI), com a finalidade de gerenciar a planificação municipal centrada na preservação patrimonial. Conjuntamente, se formou a Comissão de Ordenamento Urbano e Territorial (COUT), voltada aos estudos de impacto urbano.

Apesar de medidas esparsas e contraditórias, entre 1982 e princípios dos anos 2000 se nota o auge da preocupação de órgãos públicos sobre a preservação patrimonial platense. Entretanto, a partir de um primeiro rechaço ao projeto inicialmente apresentado de postulação de La Plata como Patrimônio da Humanidade e das contínuas reformulações solicitadas pela UNESCO, há o desgaste da tentativa de sua aceitação como Patrimônio Mundial. A situação culmina em 2008, com o governo do prefeito Pablo Bruera, momento em que o “Inventário de Bens Patrimoniais Edificados” deixa de constar na página web da prefeitura, além de ocorrer à dissolução da CODESI e da COUT.

Após essa breve exposição do processo de preservação do patrimônio cultural material de La Plata, cabe ressaltar que a presente investigação em andamento averiguará a interação entre a formação de um corpo normativo, principalmente em nível municipal, a consolidação de um campo disciplinar especializado e a geração de uma consciência patrimonial nos moradores da comunidade platense, que se expressa na criação de ONGs (*Asociación Civil Hoja de Tilo, Fundación Biosfera, Fundación Catedral e Nuevo Ambiente*, entre outras). Para tal, se utilizarão como fontes legislações em nível municipal, provincial e nacional, o Projeto de Candidatura de La Plata como Patrimônio da Humanidade (FUNDACIÓN CEPA; MUNICIPALIDAD DE LA PLATA, 1997), revistas (como a “47 al Fondo”<sup>4</sup>) e fontes orais<sup>5</sup>. A História Oral é vista aqui como recurso metodológico imprescindível para dar voz aos agentes históricos que vivenciaram o processo em questão.

### 3) Enlaces entre a oralidade, a memória, a preservação patrimonial e a cidade

<sup>4</sup> Revista da Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional de La Plata (FAU/UNLP), que está em atividade e teve início em 1997.

<sup>5</sup> A previsão é de entrevistar pessoas ligadas tanto a órgãos públicos como das ONGs supracitadas.

A chamada História Oral foi rechaçada pelo modelo rankeano e sofreu um processo de reabilitação “[...] convergente com as grandes transformações teórico-metodológicas por que passou a História no decorrer do século XX, também representando um dos resultados das mesmas transformações” (CONSTANTINO, 2004:39). Nesse sentido, a oralidade restabelece seu papel como fonte de extrema importância para o conhecimento histórico das sociedades, tendo os depoimentos pessoais se convertido em documentos que possibilitam aos indivíduos exteriorizar sua visão particular acerca de suas vidas e de seu entorno.

Ronald Fraser compreende a História Oral como “[...] um método de criar novas fontes históricas, onde faltam ou são insuficientes as fontes escritas [...]” (FRASER, 1993:131). Sua importância, no olhar de Paul Thompson, se estende às mais variadas áreas históricas, já que “[...] transformando os “objetos” de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*” (THOMPSON, 1992:137). Haja vista que os indivíduos constroem a história e que suas vivências lhes geram memórias refletivas das interações com seu entorno, a História Oral, compreendida como metodologia, surge como um caminho que propicia ao historiador a legitimação documental de tais lembranças, tomadas na forma de depoimentos/entrevistas. Essas narrativas permitem ao historiador compreender o lado simbólico da cultura, ou seja, o cotidiano, as sociabilidades e os conflitos do meio de vivência do depoente. Deve-se, no entanto, levar em consideração que é impossível à condição humana recordar de todos os acontecimentos vivenciados. Esta limitação da memória poderia ser um dos pontos negativos da História Oral. Porém, como salienta Fraser, as falhas da memória devem ser assumidas como parte integrante de nossos questionamentos na investigação, visto que o importante é indagar o *porquê* da existência destas falhas (THOMPSON, 1992:131).

Compondo a parte central da metodologia da História Oral, destarte, coloca-se à questão da *memória*. E a discussão acerca da memória e dos *lugares de memória* é cheia de entrelinhas. Peter Burke destaca que ao se usar termos como “memória social”, pode-se arriscar a tratar como concretos conceitos abstratos. Contudo, “[...] se nos recusarmos a usar esses termos, há o perigo de não percebermos as diferentes maneiras pelas quais as ideias dos indivíduos são influenciadas pelos grupos a que eles pertencem” (BURKE, 2000:72). Jacques Le Goff observa que o historiador deve buscar compreender as “vozes” dos diferentes agentes



históricos do período estudado (LE GOFF, 1990:535). Le Goff adverte que “[...] a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder” (LE GOFF, 1984:46). Para Michael Pollak, a dominação e o privilégio de uma concepção de tempo sobre outras, pressupõe conflitos, disputas, ganhos e perdas, que incidem diretamente na dinâmica de lembrança e esquecimento (POLLAK, 1989). Tendo em vista que pode haver uma tentativa de “enquadramento”, pelo poder público, sobre quais espaços devem ser preservados como lugares de memórias comunitárias, neste estudo o uso da História Oral será imprescindível, esclarecendo prováveis tensões.

Na visão de Maurice Halbwachs, o fato de recordar está entrelaçado com a memória de vários indivíduos, o que acaba por gerar um caráter diretamente coletivo da memória. A concepção de uma memória social fortemente coletiva não impediu Halbwachs de entender que mesmo passando por experiências análogas, a memória de cada indivíduo será composta por um ponto de vista particular sobre a memória coletiva (HALBWACHS, 2006:69). Pierre Nora concorda com Halbwachs acerca de “[...] que há tantas memórias como grupos existem: que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada [enraizando-se] no concreto, no espaço, no gesto na imagem, no objeto” (NORA, 1993:09). Nora nota que a aceleração das mudanças em história tem gerado uma maior preocupação com os “lugares onde a memória se cristaliza”, haja vista a dissolução das identidades que ocorre devido ao que chama mundialização, massificação, democratização ou midiaticização (NORA, 1993:07-08). Logo, crê que “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993:08), ou seja, que se preserve para manter “viva” a memória em vias de se perder. (NORA, 1993:13). Consequentemente, Nora possui uma postura crítica frente ao conceito de *lugares de memória*, ao qual delega uma conotação negativa, sendo “[...] antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (NORA, 1993:12-13). No presente artigo, a terminologia *lugar de memória* não é vista em forma pejorativa. Acredita-se que esse conceito deve ser analisado pontualmente, de acordo com cada caso estudado. O próprio Nora aclara que não é por uma simples ação aleatória que um espaço é portador de uma relação identitária com sua comunidade. Para ser reconhecido como um lugar de memória, este deve estar revestido de uma “aura simbólica” (NORA, 1993:21).

Estes *lugares de memória*, repletos de uma *aura simbólica* particular a cada povo, chegam aos dias de hoje chamados de *patrimônios culturais*. A diferenciação entre patrimônio cultural material ou imaterial se formulou na XXV Conferência da UNESCO (Paris/1989), a qual agregou ao conceito de patrimônio cultural (terminologia ampliada de *patrimônio histórico*) como material (monumentos históricos, desenhos urbanos, etc.) ou imaterial (costumes, danças tradicionais, comidas típicas, etc.). Esses bens culturais, sejam materiais ou imateriais, se ligam à memória e à identidade das sociedades e sua preservação é indispensável para manutenção desta memória e identidade coletivas. Na atual pesquisa apenas para deixar claro o objeto tangível de estudo se está utilizando o termo *patrimônio cultural material*, o que não significa que não se conceba os espaços materiais como repletos de questões imateriais e vice-versa.

A escolha daqueles patrimônios culturais materiais que serão preservados em detrimento de outros é um tanto complicada. O caráter “coletivo” carrega consigo a necessidade de que estes lugares tenham um significado importante para a memória da sua comunidade, que por sua vez é composta de uma ampla variedade de grupos, com múltiplos e, muitas vezes, destoantes interesses. Mesmo, não se pode esquecer que estes grupos e suas inter-relações estão em constante mudança. Para Gilberto Velho, a heterogeneidade da complexa sociedade atual, que é visível no quadro das cidades, demonstra os limites e dificuldades dos processos de se preservar um patrimônio, cuja definição e escolha estão diretamente relacionadas, em algum nível, ao arbítrio do exercício de poder (VELHO, 1995:246).

Afinal, mas por que preservar? Simplesmente, porque não se trata de salvaguardar meros lugares de convívio e construções de cimento, vidro ou bronze. Trata-se de que estes lugares são representações da memória coletiva. É possível afirmar que a real validade de importância desses patrimônios culturais materiais seja exatamente “seu *caráter simbólico*, sua *capacidade para representar simbolicamente uma identidade*” (PRATS, 2004:22), como escreveu Llorenç Prats. De modo bastante pertinente, Ruben Oliven ressalta que: “Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção” (OLIVEN, 2009:112). É importante estar-se ciente de que existem processos de *invenção* de identidades.

Contudo, de acordo com Prats, a invenção e a construção não são antagônicas, mas fases de um mesmo processo que se complementam (PRATS, 2004:20-21). No caso do patrimônio coletivo, como anteriormente esboçado, a invenção precisa alcançar determinado nível de consenso para conseguir se fixar como bem patrimonial daquela comunidade.

A fixação de um espaço como patrimônio cultural material remete à reflexão acerca do significado de sua *preservação*. Segundo Ana Lúcia Meira, este termo “[...] tem uma conotação ampla, englobando ações de conhecimento, conservação, restauração, valorização e, em alguns casos, a proteção legal do patrimônio cultural que se traduz no tombamento” (MEIRA, 2001:134). Agregue-se a esses bens a dificuldade de salvaguardar não apenas o patrimônio em si, mas também o espaço circundante, visando-se “[...] permitir uma leitura clara e autêntica do significado do monumento de referência e uma relação dialética entre este e seu espaço urbano” (MANAVELLA, 2010:118). É imprescindível, portanto, se refletir sobre o ambiente e o viver citadino. São nos *espaços de vida* que se desenrolam as *histórias de vida*. Assim sendo, o espaço urbano exhibe uma amplitude de significados, que “[...] alternam a glória e a humilhação, a vida e a morte, os eventos fundadores mais violentos e a doçura de viver” (MANAVELLA, 2010:47). A cidade guarda uma série de lugares construídos em diferentes épocas, que são repletos de sentidos que simbolizam e representam o viver. Não apenas a coletividade, mas cada indivíduo leva uma marca desses espaços. Indiferentemente de serem locais ligados ao poder político ou de cunho mais popular, esses lugares coexistem e representam significados particulares daquela comunidade. Por conseguinte, como salienta Marisa Barda, “Uma cidade nunca é igual à outra. As cidades resultam de uma infinidade de diferenças geográficas ou da tradição” (BARDA, <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/163/imprime63526.asp>), sendo documentos da própria história citadina, “[...] cuja leitura deve decodificar os significados das marcas impressas no espaço urbano, como uma linguagem a ser decifrada e, sempre que possível, enriquecida” (MELO, 1998:38).

#### 4) Considerações finais



Oralidade, memória e preservação patrimonial, temas que se entrelaçam para dar corpo a presente investigação em andamento e que trazem à tona a dinâmica social do lembrar/esquecer, de cruzamentos e conflitos de interesses, de vozes dominantes e de resistência. Como centro de análise está a cidade, La Plata, palco de um intenso debate e embate de forças que concorrem e destoam entre o intuito de preservar o patrimônio ou de desenvolver intensamente a indústria da construção civil. Debate/embate esse que mantém agentes históricos em atividade há três décadas.

Na primeira metade dos anos 80, em sua obra “La Plata Ciudad Nueva, Ciudad Antigua”, Julio Morosi já apontava ao progressivo deterioro que comprometia o valor da criação urbanística de La Plata. Para Morosi, deveria existir uma urgente tomada de consciência da população e das autoridades sobre a importância de sua recuperação. Seria imperativa a tarefa de esclarecimento à população com respeito à deterioração da sua qualidade ambiental, posta a crescente especulação do mercado imobiliário (MOROSI, 1983:375).

Quase uma década depois de Morosi, pelo título “El cuadrado roto” se pode estimar as críticas do livro de Alan Garnier à situação platense. Garnier analisou as origens da urbe, seus antecedentes históricos, seu traçado original e suas primeiras edificações, além de como o seu desenvolvimento lhe foi gerando “distorções”. Quando cita a cidade real em oposição à idealizada por seus projetistas, levanta a hipótese da paulatina desapareção do eixo monumental, das modificações ocorridas tanto no sistema viário quanto na organização das diagonais e na desfiguração das praças, dentre outros (GARNIER, 1992:102-125). O autor denunciava que:

*Os criadores do plano fundacional haviam imaginado uma cidade baixa, construída em um ou dois níveis. [...] o centro do traçado urbano viu modificar rapidamente seu tecido sob os efeitos conjuntos da especulação imobiliária e à evolução das técnicas de construção. As torres foram surgindo aqui e ali com a maior desordem e sem respeito algum pelo espírito do projeto de Benoit. [...] levados por um frenesi descontrolado, massacraram, literalmente, o equilíbrio do sistema urbano platense (GARNIER, 1992:120).*

Garnier concluiu que La Plata estaria quebrada (“rota”), caída, desestruturada (GARNIER, 1992:130). Apesar disso, aconselhava a se deixar de lado os lamentos pelo mal sofrido e acreditava que se deveria tomar consciência dessa situação, reconhecendo os valores antigos e os da urbe atual (GARNIER, 1992:130).

Ambos os autores, Morosi e Garnier apontavam para o deterioro da cidade, para o desenfreio “destruir o velho para construir o novo” do mercado imobiliário e para a conscientização necessária dos moradores platenses sobre o tema. Contudo, chama a atenção em seus textos a preocupação com o momento presente, em como a cidade projetada do passado chegou aos dias atuais. Preocupação que é passível de gerar algumas questões, tais como: é preciso que uma cidade se “cristalize” no tempo para ser um bem patrimonial? Ainda, é possível que uma cidade se “cristalize” no tempo? A cidade não pode mudar e ser patrimônio conjuntamente? Como breve resposta, vale levar em conta que o processo de urbanização é algo continuado. Segundo Denise Madsen Melo a preservação não “congela bens”, pois ocorre uma *reelaboração simbólica*, “[...] articulada entre a linguagem passada e contemporânea, com vistas a abrigar as práticas sociais atuais” (MELO, 1998:33). No entanto, tal processo deve estar pautado por uma saída harmoniosa entre desenvolvimento urbano e preservação patrimonial. No caso de La Plata, seu status enquanto espaço planejado gera a discussão sobre a manutenção do modelo estipulado por seus projetistas e as modificações que ocorreram fora desse padrão, relativas ao próprio crescimento do município e à criação de novas necessidades de acordo com cada época.

A urbe segue seu curso, crescendo na vertical e (re)buscando ou (re)construindo sua identidade. Em meio a isso é necessário refletir: qual seria o futuro urbanístico de La Plata? A que grupos sociais é mais conveniente a preservação patrimonial e a que outros lhes interessa a ampliação da construção civil? A chamada “cidade das diagonais” manterá a essência expressa por seus projetistas ou criará uma nova identidade? E, principalmente, quem são os atores sociais mais afetados em meio a esse embate de forças?

São questionamentos que nos convidam a pensar não apenas sobre o futuro de La Plata, mas o de uma vasta gama de cidades que passam por situação semelhante. Obviamente, tais perguntas indagam sobre o porvir, extrapolando o recorte temporal da presente pesquisa. Todavia, acredita-se que um estudo sobre o passado pode (e porque não dizer que deve)

colaborar para a elaboração de ações vindouras. É claro que essas ações são pautadas por forças políticas, interesses variados, dinâmicas de dominação/opressão, em que os “vencedores” normalmente fazem parte de uma minoria social com maior poder de persuasão econômica. Tudo isso faz parte do cotidiano da cidade e não há como compreender o viver citadino se não forem levadas em conta as memórias imbricadas nas ruas, nas esquinas, nos espaços de vivência, nos edifícios. Mesmo, não se pode abarcar o processo concernente à preservação desses lugares sem ter em mente as matizes das próprias memórias que lhes dão sentido. Por fim, não é possível entender proficuamente essas mesmas memórias sem reconhecer a voz dos agentes históricos que vivenciaram esses processos. Ninguém melhor para falar de determinado momento histórico do que aqueles que “estiveram lá”. Assim sendo, a oralidade se mostra indispensável para aclarar as múltiplas *entrelinhas* que surgem ao se tratar da *memória* e de seus *lugares*.

## 5) Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BACZO, Bronislaw. Imaginação Social. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARDA, Marisa. Porque Conservar? Ações de restauro e revitalização não devem se limitar a monumentos e edifícios históricos. Construções vernaculares e instalações industriais e de serviços que servem de referência para a cidade também devem ser preservadas. In.: *Revista AU*. <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/163/imprime63526.asp>

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOIA, Lucia. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In.: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BURKE, Peter. *Variedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro de. “Teoria da História e Reabilitação da Oralidade: convergência de um processo”. In.: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). *A Aventura (Auto)Biográfica: teoria e empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DOSSE, François. *Empire du Sens: L’humanisation de la sciences humaines*. Paris: La Decouvert, 1995.

DOSSE, François. Lieux, travail, devoir de mémoire chez Paul Ricoeur. In.: \_\_\_\_\_. Ricoeur. Paris: Editions L’Herne, 2004.

FRASER, Ronald. *Historia Oral, Historia Social*. In.: *Historia Social*. N°. 17. Valencia: outono/1993.

FROTA, José Artur D’Aló. Re-arquiteturas: o passado no presente: um caminho para preservação e contemporaneidade. In: *III Seminário Internacional Patrimônio e Cidade Contemporânea: políticas, práticas e novos protagonistas*. [Trabalhos apresentados]. Salvador, 2002.

FUNDACIÓN CEPA; MUNICIPALIDAD DE LA PLATA. *La Plata, Patrimonio Cultural de la Humanidad: proyecto de candidatura*. La Plata, 1997.

GARNIER, Alain. *El cuadrado roto*. La Plata: Municipalidad de La Plata, 1992.

GAZZANEO, Jorge. Sobre el patrimonio urbano. In.: CENTRO DE ESTUDIOS Y PROYECTOS DEL AMBIENTE. *Ambiente: La Plata Cién Años Después*. La Plata: CEPA, 1982.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In.: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LIENUR, Jorge Francisco; ALIATA, Fernando. *Diccionario de Arquitectura en la Argentina: estilos, obras, biografías, instituciones, ciudades*. Buenos Aires: Clarín, 2004.

MANAVELLA, Aníbal. Plano de Gestão de usos públicos e privados nas áreas de amortecimento de bens culturais urbanos como recurso identitário para a conservação da memória coletiva. In.: FRANÇA, M<sup>a</sup>. Cristina C. de C.; LOPES, Cicero Galeno; BERN, Zilá. *Patrimônios Memoriais: Identidades, práticas sociais e cibercultura*. Série Memória e Patrimônio UNILASALLE 2. Porto Alegre/Canoas: Movimento/UNILASALLE, 2010.

MARTINS, Marisângela. Problematizando o imaginário: limites e potencialidades de um conceito em construção - O imaginário da militância comunista em Porto Alegre (1945-47). In.: *Labirinto* - Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. Ano V, n<sup>o</sup>. 8. Porto Velho: julho-dezembro, 2005.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. O patrimônio cultural e a preservação. In: *Pesquisarq*: revista da biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Vol. 3, n<sup>o</sup>.1. Porto Alegre, dez.2001.

MELO, Denise Madsen. Patrimônio e Planejamento Urbano. In.: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Vol. 6, n. 6. Belo Horizonte: PUC/MG, dez. 1998.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In.: ENGERS, M.E. *Paradigmas e Metodologias de Pesquisa em Educação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MOROSI, Julio A. *La Plata Ciudad Nueva, Ciudad Antigua*: historia, forma y estructura de un espacio urbano singular. La Plata: UNLP/Instituto de Estudios de Administración Local (España), 1983.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. N<sup>o</sup>. 10. São Paulo: PUC, dezembro de 1993.

OLIVEN, Ruben George. Nação e Memória. In.: FRANÇA, M<sup>a</sup>. Cristina C. de C.; LOPES, Cicero Galeno; BERN, Zilá; ADOLFO, Luiz Gonzaga; BRISOLARA, Valéria. *Memória e Cultura: Perspectivas Transdisciplinares*. Série Memória e Patrimônio UNILASALLE 1. Canoas: Salles, 2009.

PASSERINI, Luisa. La “lacune” du présent. In.: FRIDENSON, Patrick. *Écrire L'Histoire du Temps Present*. Paris: CNRS, 1991.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A Máquina da Memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: EDUSC, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. In.: *Revista Brasileira de História*. Vol. 15, n<sup>o</sup>.: 29. São Paulo, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: *Estudos Históricos*. Vol. 2, n<sup>o</sup>.: 3. Rio de Janeiro, 1989.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio*. 2<sup>a</sup> Edición. Barcelona: Ariel Antropología. 2004.

RICOEUR, Paul. Arquitetura e Narratividade. In.: *Urbanisme*. N<sup>o</sup>.: 303, Nov/dez 1998.

RICOEUR, Paul. *La mémoire saisie par l'histoire*. Revista de Letras. Vol. 43, nº.: 2. Universidade Estadual Paulista, jul/dez 2003.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In.: *Mana: estudos de antropologia social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.